



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

RESOLUÇÃO CUNI Nº 073, DE 24 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre normas de seleção para contratação de professores substitutos na Universidade Federal de Lavras (Magistério Superior e EBTT).

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o que foi deliberado em sua reunião de 24/8//2020, aprova a presente Resolução.

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

Art. 1º A presente Resolução dispõe sobre as normas de seleção para contratação de Professores Substitutos na Universidade Federal de Lavras (Magistério Superior e EBTT).

Art. 2º Poderá haver a contratação, por tempo determinado, de Professor Substituto nas condições e prazos previstos na legislação vigente, desde que devidamente autorizada pelo Reitor.

Art. 3º A contratação de Professor Substituto poderá ocorrer para suprir a falta de Professor Efetivo em razão de:

- I- vacância do cargo;
- II- afastamento ou licença, na forma do regulamento; ou
- III- nomeação para ocupar cargo de direção de Reitor, Vice-reitor, Pró-reitor e Diretor de *campus*.

Art. 4º A contratação de Professores Substitutos deverá ser autorizada pelo Reitor, condicionada à disponibilidade de limite no Banco de Professores Equivalentes.

Parágrafo único. O número de Professores Substitutos não poderá ultrapassar ao quantitativo máximo de contratos temporários (substitutos e visitantes)

estabelecido em 20% (vinte por cento) do total de docentes efetivos em exercício na UFLA.

Art. 5º A contratação dos Professores Substitutos fica limitada ao regime de trabalho de 20 (vinte) horas ou 40 (quarenta) horas.

Parágrafo único. Poderão ser contratados servidores da Administração direta ou indireta da União, Estados, Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias ou controladas, desde que o contratado não ocupe cargo efetivo integrante das carreiras de magistério de que trata a Lei nº 12.772/2012, observadas as compatibilidades de horários e cargos, formalmente comprovadas.

Art. 6º O recrutamento do pessoal a ser contratado será feito mediante processo seletivo simplificado sujeito a ampla divulgação, inclusive por meio do *Diário Oficial* da União, prescindindo de concurso público, conforme regido pela presente Resolução.

Parágrafo Único. A critério da Unidade Acadêmica, a seleção para contratação de Professor Substituto poderá ser feita por aproveitamento de resultado de Concurso Público para provimento de cargo efetivo da Carreira do Magistério Superior do Quadro Permanente da UFLA, dentro do prazo de validade dos Editais e aprovada no Conselho Departamental.

Art. 7º Nas hipóteses e condições previstas no Decreto 9.508, de 24/09/2018, haverá reserva de vagas destinadas às pessoas com deficiência nos processos seletivos simplificados regidos por esta norma.

Parágrafo único. Serão garantidas tecnologias assistivas e/ou tempo adicional para realização das provas aos candidatos com deficiência que as requerer(em), com justificativa acompanhada de parecer emitido por equipe multiprofissional ou por profissional especialista nos impedimentos apresentados por cada candidato, no prazo estabelecido em edital.

Art. 8º O pessoal contratado nos termos desta Resolução não poderá:

- I- receber atribuições, funções ou encargos não previstos no contrato;
- II- ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança; e
- III- ser novamente contratado, com fundamento nesta Resolução, antes de decorridos 24 (vinte e quatro) meses do encerramento de contrato anterior (exceto na hipótese prevista no inciso III do art. 9º da Lei nº 8.745/1993).

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo importará na rescisão do contrato nos casos dos incisos I e II, ou na declaração de sua insubsistência no caso do inciso III, sem prejuízo da responsabilidade administrativa das autoridades envolvidas na transgressão.

Art. 9º Compete ao Chefe da Unidade Acadêmica interessada na contratação de Professor Substituto:

- I- enviar à Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

(PRGDP), por meio de formulário próprio, impresso e assinado, a solicitação de abertura de processo seletivo, mencionando o motivo e anexando documentação comprobatória, estabelecendo a área, a titulação exigida, o regime de trabalho, o prazo do contrato e a lista de 5 (cinco) a 10 (dez) temas sobre assuntos do programa da área da seleção, informando, também, a composição da Banca Examinadora;

II- divulgar o edital da seleção; e

III- designar a Banca Examinadora, constituída por 3 (três) docentes e 1 (um) suplente, detentores de titulação no mínimo igual ou superior à exigida na área da seleção, sendo ao menos um docente titular da banca do sexo feminino.

Parágrafo único. Deverá ser exigido o título de doutor na área do processo seletivo, porém, o Chefe da Unidade Acadêmica poderá solicitar ao Reitor, com a devida fundamentação técnica, a dispensa dessa exigência, substituindo-a pelo título de mestre, de especialista ou por diploma de graduação, quando se tratar de contratação para área de conhecimento com grave carência de detentores da titulação acadêmica de doutor.

Art. 10 Compete à Banca Examinadora:

I- observar as disposições constantes nesta Resolução, no edital do processo seletivo e nas demais normas aplicáveis à matéria;

II- tratar com civilidade os candidatos do processo seletivo;

III- participar e avaliar a prova didática;

IV- avaliar os currículos dos candidatos, observados os critérios estabelecidos no Anexo a esta Resolução;

V- lavrar, aprovar e assinar a documentação relativa às provas do processo seletivo (assinatura digitalizada);

VI- apreciar os recursos interpostos pelos candidatos e lavrar pareceres.

Art. 11. Compete ao Presidente da Banca Examinadora:

I- dar conhecimento aos demais membros da banca, do edital do processo seletivo e desta Resolução, bem como da data, horário e local (ambiente remoto) de realização da sessão de abertura do processo seletivo e da prova didática;

II- estabelecer e comunicar, por meio de e-mail institucional, ao Setor de Seleção (SES/PRGDP), o dia, horário e local (ambiente remoto) de realização da sessão de abertura e da prova didática, até três dias úteis antes do final do período de inscrições;

III- identificar todos os candidatos, para permitir a eles o acesso e participação no ambiente remoto do processo seletivo;

IV- instalar sessão de abertura da seleção;

V- receber da SES/PRGDP, via email institucional, nos termos do art. 14, as cópias, em formato pdf, do currículo e dos comprovantes, dispostos na sequência utilizada no Anexo desta Resolução;

VI- enviar à SES/PRGDP, via e-mail institucional, em formato pdf, o resultado final da seleção, bem como toda a documentação à ela referente, para divulgação na página eletrônica da UFLA.

Art. 12. Compete à SES/PRGDP, após o deferimento da abertura do processo seletivo pelo Reitor:

I- elaborar o edital do processo seletivo, nos termos da legislação vigente e desta Resolução e enviá-lo à Procuradoria Federal para emissão de Parecer;

- II- providenciar a publicação do extrato do edital do processo seletivo no *Diário Oficial* da União;
- III- disponibilizar, na página eletrônica da UFLA, o edital do processo seletivo, esta Resolução e a lista de temas;
- IV- solicitar ao órgão competente pela comunicação da UFLA e à unidade acadêmica interessada a divulgação do processo seletivo;
- V- receber as inscrições dos candidatos, conforme estabelecido no edital do processo seletivo;
- VI- enviar ao Presidente da Banca Examinadora cópia do edital do processo seletivo e da presente Resolução;
- VII- enviar ao Presidente da Banca Examinadora, encerradas as inscrições, a lista de candidatos inscritos;
- VIII- providenciar a publicação do resultado da seleção na página eletrônica da UFLA;
- IX- enviar o resultado final da seleção ao Reitor para homologação e providenciar sua publicação no Diário Oficial.

CAPÍTULO II DO PROCESSO SELETIVO

Art. 13. O processo seletivo para Professor Substituto constará de:

- I- prova didática, eliminatória, no valor de 100 (cem) pontos;
- II- prova de títulos, classificatória, no valor de 100 (cem) pontos.

Seção I Da Prova de Títulos

Art. 14. A prova de títulos se constituirá da avaliação do currículo do candidato, do qual serão valoradas as “Atividades Curriculares” e, se houver titulação acima da exigida no edital de seleção, a “Titulação”, observando-se os critérios estabelecidos no Anexo desta Resolução.

§ 1º Os itens com relação direta à área da seleção serão valorados em 100% dos pontos previstos no Anexo a esta Resolução.

§ 2º Os itens com relação indireta à área da seleção serão valorados em 60% dos pontos previstos no Anexo a esta Resolução.

§ 3º Os itens sem relação com a área da seleção não serão computados.

§ 4º A Banca Examinadora deverá fundamentar em documento escrito, a ser apensado às notas atribuídas, o enquadramento dos itens como “área indireta” ou “sem relação” com a área da seleção.

Art. 15. O currículo deverá ser enviado à SES/PRGDP, via email, em formato pdf, até o último dia de inscrição no processo seletivo, e ser elaborado na sequência dos itens estabelecidos no Anexo desta Resolução, juntamente com documentos comprobatórios, em ordem cronológica decrescente, encadernados e

numerados, devendo a produção intelectual ser comprovada por meio de cópia de página de rosto do trabalho e da capa do livro, revista ou similares que permitam a identificação.

Parágrafo único. A não observância pelo candidato das prescrições contidas no *caput* facultará à banca desconsiderar os itens curriculares cuja organização seja incompatível às exigidas.

Art. 16. Compete à Banca Examinadora, em conjunto, calcular a nota de cada candidato, que variará entre 0 (zero) e 100 (cem) pontos, com uma casa decimal, sem arredondamento, que consistirá no resultado da soma das notas atribuídas aos itens: “Titulação” e “Atividades Curriculares”.

§ 1º Para fazer jus à pontuação correspondente, será exigida a apresentação da documentação comprobatória.

§ 2º Caso a exigência mínima de titulação do edital seja inferior à doutorado, será pontuado o item “Titulação”, cujas notas terão valor máximo de 30 (trinta) pontos e serão atribuídas conforme previsto na seção I (da titulação) do Anexo desta Resolução.

§ 3º Para o item “Atividades Curriculares”, as notas dos candidatos serão atribuídas conforme previsto na seção II (das atividades curriculares) do Anexo a esta Resolução.

Seção II Da Prova Didática

Art. 17. A prova didática constará de uma aula com prazo de cinquenta minutos como referência, sobre um tema sorteado, a ser realizada de forma remota, a partir de lista de temas sobre assuntos do programa da área da seleção elaborada pela unidade acadêmica interessada, conforme disposto no inciso I do art. 9º desta Resolução.

§ 1º A prova didática será realizada após um prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir do horário de sorteio do tema.

§ 2º O sorteio do tema da prova didática deverá ocorrer na sessão de abertura do processo seletivo, cuja data, horário e local (ambiente remoto) serão divulgados, na página eletrônica da UFLA, nos termos do inciso II do art. 11.

§ 3º Sempre que possível, os candidatos realizarão a prova didática no mesmo dia e sobre o mesmo tema.

§ 4º Se o número de candidatos for tal que não permita a realização de todas as provas em um mesmo dia, deverá ser observada a seguinte sequência:

- I- sorteio do dia da prova dos candidatos;
- II- sorteio do tema da prova do primeiro dia, sendo o tema sorteado para esta prova não excluído da lista de temas para o sorteio da prova do(s) dia(s) seguinte(s);
- III- o sorteio do tema das provas de cada dia subsequente será realizado antes do início das provas do dia anterior, garantindo-se o mínimo de 24 (vinte e

quatro) horas de antecedência entre o sorteio e a prova, bem como, igualdade de condições aos candidatos;

IV- sorteio da ordem de apresentação dos candidatos que farão a prova naquele dia, iniciando, em seguida, as apresentações. Os planos de aula deverão ser enviados pelos candidatos, por email, em formato pdf, ao presidente da banca antes do sorteio da ordem de apresentação.

§ 5º É de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato participar de forma remota na sessão de abertura do processo seletivo e sorteio do tema da realização da prova didática. Sua ausência na referida sessão implicará na exclusão do processo seletivo.

Art. 18. A prova didática terá como objetivo apurar do candidato seu desempenho nos seguintes itens, os quais serão valorados da seguinte forma:

I- plano de aula, a ser enviado pelo candidato, via email em formato pdf, para o presidente da banca, antes do início da sessão da ordem de apresentação (5 pontos);

II- sequência e articulação das ideias (introdução, desenvolvimento e conclusão) ao expor o conteúdo (20 pontos);

III- domínio do conteúdo (25 pontos);

IV- uso de linguagem técnico-científica adequada ao tema (10 pontos);

V- utilização de recursos disponibilizados e adequação ao plano de aula (10 pontos);;

VI- criatividade, assertividade, postura e capacidade de comunicação (20 pontos);

VII- adequação da exposição do conteúdo ao tempo de 50 (cinquenta) minutos, com tolerância de 5 (cinco) minutos para mais ou para menos, sem perda de pontuação. O não enquadramento dentro dos limites de tolerância implicará a perda total da pontuação do item (10 pontos).

§ 1º O candidato deverá controlar seu tempo de prova que, se excedido (cinquenta minutos acrescidos de cinco minutos de tolerância), ensejará na interrupção da prova pelo Presidente da Banca Examinadora.

§ 2º Cada examinador deverá atribuir a cada candidato, a cada item previsto neste artigo (exceto item VII), uma nota entre 0 (zero) e o total de pontos de cada item, com uma casa decimal, o que resultará em uma nota final entre 0 (zero) e 100 (cem) pontos, com uma casa decimal. As notas serão fundamentadas e registradas em formulário próprio assinado pelo examinador, previamente distribuído pelo Presidente da Banca Examinadora, bem como em memorial descritivo das razões de atribuição das notas.

§ 3º A sessão será realizada de forma remota, com a presença do candidato e de todos os membros da Banca Examinadora, e deverá ser gravada, para efeito de registro e garantia de transparência, serão permitidos questionamentos técnicos por parte dos membros da Banca Examinadora, após o término da apresentação.

§ 4º Para a apuração das notas do candidato na prova didática, será calculada a média aritmética das notas atribuídas a ele pelos três membros da Banca Examinadora, com uma casa decimal, sem arredondamento.

CAPÍTULO III DO JULGAMENTO

Art. 19. A nota final de cada candidato será a soma das notas da prova didática e de títulos, com uma casa decimal sem arredondamento.

§ 1º Serão aprovados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 70,0 (setenta) na prova didática, sendo classificados na ordem decrescente da nota final obtida.

§ 2º Não será considerada, para efeitos de proporcionalização, nos termos do subitem 1.6 da seção II do Anexo desta Resolução, a nota de candidato(s) reprovado(s) na prova didática.

§ 3º A convocação para contratação obedecerá à ordem de classificação.

§ 4º Em caso de empate na nota final do certame, os critérios de desempate obedecerão à seguinte ordem:

- a. candidato com idade igual ou superior a 60 anos, completados até o último dia de inscrição no processo seletivo, conforme o disposto no parágrafo único do art. 27 do Estatuto do Idoso – Lei 10.741/2003;
- b. candidato que obtiver a maior nota na prova didática;
- c. candidato que contar com mais tempo de magistério superior.

Art. 20. O resultado do processo seletivo deverá ser homologado pelo Reitor, em conformidade com os Decretos 9.508/2018 e 9.739/2019.

CAPÍTULO IV DO PEDIDO DE VISTAS

Art. 21. Será assegurada ao candidato vista das notas que lhe foram atribuídas pelos examinadores.

§ 1º A fim de fundamentar o recurso contra o resultado da seleção, o candidato poderá solicitar à SES/PRGDP, por meio de documento escrito e assinado, a ser enviado para o e-mail institucional da SES, vista de sua prova e notas que lhe foram atribuídas pelos examinadores, no prazo de 1 dia útil à partir da divulgação do resultado no sítio eletrônico da UFLA.

§ 2º Caberá a SES/PRGDP enviar ao candidato a documentação solicitada, no prazo de 1 (um) dia útil.

§ 3º O candidato terá acesso apenas aos documentos referentes a ele.

CAPÍTULO V DOS RECURSOS

Art. 22. Em face de razões de legalidade e de mérito, o candidato poderá interpor recurso contra o resultado da seleção perante o Reitor.

§ 1º O recurso será interposto por meio de requerimento fundamentado, podendo o recorrente juntar os documentos que julgar convenientes.

§ 2º O recurso deverá ser enviado via sistema à SES/PRGDP, no prazo de dois dias úteis, contados a partir da divulgação do resultado, no sítio eletrônico da UFLA, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou que esse for encerrado oficialmente de forma antecipada.

§ 3º Presente os pressupostos de admissibilidade, a SES/PRGDP disponibilizará o recurso no Sistema Integrado de Gestão - SIG, para ciência dos demais candidatos, que poderão apresentar, caso tenham interesse, contrarrazões, no prazo de 2 dias úteis, por meio de formulário eletrônico também disponível no site da UFLA.

§ 4º Transcorrido o prazo do parágrafo anterior, a PRGDP remeterá os autos do processo à Banca Examinadora, que emitirá parecer em dois dias úteis, admitindo-se prorrogação por igual período, mediante justificativa explícita.

§ 5º A banca examinadora encaminhará o parecer à PRGDP que encaminhará o processo ao Reitor.

§ 6º Recebido o parecer da PRGDP, o Reitor proferirá decisão com caráter definitivo, constituindo-se em última instância.

Art. 23. O recurso não será conhecido quando interposto:

- I- fora do prazo;
- II- por quem não seja legitimado;
- III- após exaurida a esfera administrativa.

Parágrafo único. Na hipótese do recurso ser interposto perante órgão incompetente, será indicada ao recorrente a autoridade que o seja, sendo-lhe devolvido o prazo para recurso.

Art. 24. Decorrido o prazo para interposição de recurso, não havendo pendência, será providenciada a homologação do resultado e posteriormente a contratação do candidato aprovado, observada a ordem de classificação.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 25. Os documentos relacionados aos processos seletivos deverão permanecer arquivados na Universidade, em conformidade com a tabela de temporalidade elaborada pelo Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ.

Art. 26. Caberá à Universidade dar ciência ao candidato das decisões proferidas nos recursos eventualmente interpostos, bem como de eventuais impugnações.

Art. 27. Ao disposto nesta Resolução aplica-se subsidiariamente, no que couber, a Resolução CUNI, vigente, que dispõe sobre normas e critérios para realização de concurso público para ingresso na carreira de Magistério Superior da Universidade Federal de Lavras.

Art. 28. Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário, em especial as Resoluções CUNI n^os 055/2016 e 051/2017, e terá vigência enquanto perdurar a situação de pandemia e a suspensão das atividades presenciais na UFLA.



JOÃO CHRYSOSTOMO DE RESENDE JUNIOR
Presidente

ANEXO À RESOLUÇÃO CUNI Nº 073/2020

Estabelece os critérios para a atribuição de pontos aos candidatos na prova de títulos

DA TITULAÇÃO

1. Não será passível de pontuação, a titulação exigida em Edital, como requisito mínimo para o concurso.

2. Em casos de titulação maior do que a exigida no Edital, a nota atribuída à titulação será definida conforme a regra a seguir, assegurando-se que apenas uma titulação máxima seja pontuada, vedada a acumulação, observado o disposto na Subseção III da Seção III do Capítulo III da Resolução CUNI nº 006/2018.

2.1. No caso de concurso para professor em nível de mestrado:

2.1.1. Candidato com título de doutor com relação direta com a área do concurso

..... 20 pontos

2.2. No caso de concurso para professor em nível de graduação:

2.2.1. Candidato com título de especialista com relação direta com a área do concurso

..... 05 pontos;

2.2.2. Candidato com título de mestre com relação direta com a área do concurso

..... 10 pontos;

2.2.3. Candidato com título de doutor com relação direta com a área do concurso

.....30 pontos.

DAS ATIVIDADES CURRICULARES

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. O currículo será avaliado por meio da contagem de pontos, estabelecidos neste Anexo.

1.2. Para efeito de contagem de pontos, em qualquer tempo, a fração do mês igual ou superior a 15 dias será arredondada para 1 (um) mês e a fração do ano será proporcional aos meses correspondentes, aplicando a seguinte equação: Fração do ano = Número de meses x Pontos / 12.

1.3. Para o item Atividades Curriculares, compete à Banca Examinadora, em conjunto, calcular a nota de cada candidato, que variará entre 0 (zero) e 100 (cem) pontos, com uma casa decimal, sem arredondamento e será o resultado da soma das notas auferidas nos subitens Ensino, Pesquisa, Extensão, Atividade Administrativa e Experiência Profissional.

1.4. As atividades de Ensino discriminadas no item 2 deste Anexo, terão valor máximo de 25 (vinte e cinco) pontos. A nota obtida será o somatório absoluto das pontuações. Caso um candidato ultrapasse o valor de 25 (vinte e cinco) pontos, a maior nota será considerada como 25 (vinte e cinco) e as demais serão calculadas proporcionalmente.

1.5. As atividades de Pesquisa, Extensão, Administrativas e Experiência Profissional discriminadas, respectivamente, no item 3, 4, 5 e 6 deste Anexo, terão no seu conjunto, valor máximo de 75 (setenta e cinco) pontos. A nota obtida será o somatório absoluto das pontuações. Caso um candidato ultrapassar o valor de 75 (setenta e cinco) pontos, a maior nota será considerada como 75 (setenta e cinco) e as demais serão calculadas proporcionalmente.

1.6. Ao final, a nota do item Atividades Curriculares será proporcionalizada entre 0 (zero) e 100 menos T, em que T é a maior nota auferida no item Titulação entre todos os candidatos. Exemplo: se a maior nota do item Titulação for 30, o item Atividades Curriculares dos candidatos será proporcionalizado entre 0 (zero) e 70 (setenta).

1.7. Após serem proporcionalizadas, conforme o disposto no item subitem anterior, a nota das atividades curriculares de cada candidato deverá ser acrescida de sua respectiva nota do item titulação, resultando assim na nota final da prova de títulos.

1.8. As atividades de que tratam este artigo, ocorridas no ano de publicação do Edital Normativo da seleção e nos cinco anos anteriores, terão suas pontuações multiplicadas pelo fator 1,0.

1.9. As atividades de que tratam este artigo, ocorridas nos dez anos anteriores, excetuando-se as que se enquadram no parágrafo anterior, terão suas pontuações multiplicadas pelo fator 0,5.

1.10. As demais atividades que não se enquadram nos subitens 1.8. e 1.9. deste item terão suas pontuações multiplicadas pelo fator 0,2.

2. ATIVIDADES DE ENSINO

2.1. AULAS DE GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, EDUCAÇÃO BÁSICA E TÉCNICA (Respeitado o limite máximo de 90 pontos).

2.1.1.....Aulas presenciais em cursos de graduação, pós-graduação, educação básica e técnica. 0,05 pt/hora-aula.

2.1.2..... Aulas não presenciais em cursos de graduação, pós-graduação, educação básica e técnica 0,03 pt/hora-aula.

2.1.3.....Tutoria em cursos não presenciais de graduação, pós-graduação, educação básica e técnica. 0,02 pt/hora-aula

2.1.4..... Aulas não presenciais em cursos de graduação, pós-graduação, educação básica e técnica no sistema UAB 0,05 pt/hora-aula.

2.1.5.....Tutoria em cursos não presenciais de graduação, pós-graduação, educação básica e técnica no sistema UAB3 pt/hora-aula.

2.2. ATIVIDADES DE ORIENTAÇÃO ACADÊMICA DESENVOLVENDO PESQUISA E EXTENSÃO (Respeitados os limites de 24 meses para mestrado e 36 meses para doutorado).

2.2.1. Estágio, Monitoria, aluno de graduação e de pós-graduação *lato sensu*, bolsistas de fomento tecnológico e similares (Respeitado o limite máximo de 2 pontos)

.....0,10 pt/estagiário/ano.

2.2.2. Tutores(as) em cursos a distância0,05 pt/tutor(a).

2.2.3. Residência multiprofissional na área da saúde

2.2.3.1. Residência concluída.....1,5/pts/estudante

2.2.3.2. Residência em andamento 0.3/pt/estudante/semestre

2.2.4. Mestrado Concluído:

2.2.4.1. Orientação 2,5 pts/estudante.

2.2.4.2. Coorientação 0,5 pt/estudante.

2.2.5. Mestrado em andamento:

- 2.2.5.1. Orientação 0,5 pt/estudante/sem.
- 2.2.4.2. Coorientação..... 0,10 pt/estudante/sem.

2.2.6. Doutorado ou Estágio de Pós-Doutorado concluído.

- 2.2.6.1. Orientação 5,0 pts/estudante.
- 2.2.6.2. Coorientação 1,0 pt/estudante.

2.2.7. Doutorado ou Estágio de Pós-Doutorado em andamento:

- 2.2.7.1. Orientação 0,7 pt/estudante/sem.
- 2.2.7.2. Coorientação 0,15 pt/estudante/sem.

2.3. PARTICIPAÇÃO EM BANCAS EXAMINADORAS (Respeitado o limite máximo de 2 pontos):

2.3.1. Participação em banca de trabalho de conclusão:

- 2.3.1.1. Banca de defesa de Mestrado e Doutorado..... 0,4 pt/banca.
- 2.3.1.2. Banca de Qualificação ou Pré-defesa de Mestrado e Doutorado0,2 pt/banca.
- 2.3.1.3. Banca de defesa de Monografia/Trabalho de Conclusão de Curso de graduação e especialização, ou mudança de nível de mestrado para doutorado 0,02 pt/banca.

2.3.2. Participação em Banca Examinadora de concurso público para docente:

- 2.3.2.1 Presidente 0,6 pt/banca.
- 2.3.2.2. Membro 0,4 pt/banca.

2.4. PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS RELACIONADOS AO ENSINO, FORMALIZADOS JURÍDICO E INSTITUCIONALMENTE (respeitados o limite de 5 pontos):

- 2.4.1. Coordenação de projeto relacionado ao ensino..... 1,0 pt/projeto.
- 2.4.2. Membros.....0,5 pt/projeto.

3. ATIVIDADES DE PESQUISA E PUBLICAÇÕES

3.1. PUBLICAÇÕES:

Para os artigos científicos publicados em veículos de divulgação, deverá ser considerada a classificação QUALIS da CAPES referente à área para a qual o concurso foi aberto. Em

caso de artigos científicos que não se enquadrem na classificação QUALIS da CAPES, da área do concurso, deverá ser observado o disposto no item 3.1.9.

3.1.1..... Artigo científico publicado em veículos de divulgação que atendam aos critérios utilizados para classificação A1 do sistema Qualis da CAPES..... 10,0 pts.

3.1.2..... Artigo científico publicado em veículos de divulgação com classificação A2 do sistema Qualis da CAPES..... 8,5 pts.

3.1.3..... Artigo científico publicado em veículos de divulgação com classificação B1 do sistema Qualis da CAPES..... 7,0 pts.

3.1.4..... Artigo científico publicado em veículos de divulgação com classificação B2 do sistema Qualis da CAPES..... 5,0 pts.

3.1.5..... Artigo científico publicado em veículos de divulgação com classificação B3 do sistema Qualis CAPES..... 3,0 pts.

3.1.6..... Artigo científico publicado em veículos de divulgação com classificação B4 do sistema Qualis CAPES..... 2,0 pts.

3.1.7..... Artigo científico publicado em veículos de divulgação com classificação B5 do sistema Qualis CAPES..... 1,0 pts.

3.1.8..... Artigo científico publicado em veículos de divulgação com classificação C do sistema Qualis CAPES..... 0,6 pt.

3.1.9. Artigo científico publicado em periódicos, com fator de impacto, mas que não integram o Qualis CAPES, deverão receber pontuação equivalente aos itens anteriores, conforme as faixas de fator de impacto JCR, empregadas na classificação do Qualis CAPES.

3.1.10. Public

ação integral de artigo científico em anais de congressos, simpósios, seminários e similares internacionais sem classificação no Qualis0,6 pt.

3.1.11. Publicação integral de artigo científico em anais de congressos, simpósios, seminários e similares nacional, sem classificação no Qualis.....0,4 pt.

3.1.12. Publicação de resumo científico simples e expandido em anais de congresso, simpósios, seminários e similares internacionais..... 0,2 pts.

3.1.13. Publicação de resumo científico simples e expandido em anais de congresso, simpósios, seminários e similares nacional. 0,1 pts.

3.2. EVENTOS:

3.2.1. Participação em congressos, simpósios, seminários e demais eventos técnico- científicos:

3.2.1.1 Com apresentação de trabalho no exterior..... 0,4 pt/evento (respeitados os limites de 2 pontos).

3.2.1.2. Com apresentação de trabalho no Brasil0,2 pt/evento (respeitados os limites de 1 ponto).

3.2.1.3. Sem apresentação de trabalho no exterior.....0,2 pt/evento (respeitados os limites de 1 ponto).

3.2.1.4. Sem apresentação de trabalho no Brasil.....0,1 pt/evento (respeitados os limites de 0,5 ponto).

3.2.2. Organização de congressos ou similares (o presidente da comissão receberá a pontuação obtida pelos membros acrescida de 1 ponto) (respeitados os limites de 10 pontos):

3.2.2.1. Evento Local 0,5 pt/evento.

3.2.2.2. Evento Regional..... 1,0 pt/evento.

3.2.2.3. Evento Nacional.....2,0 pts/evento.

3.2.2.4. Evento Internacional 3,0 pts/evento.

3.3. OUTRAS ATIVIDADES DE PESQUISA:

3.3.1. Editor-Chefe de revista técnico-científica..... 4,0 pts/ano.

3.3.2. Membro de corpo editorial 1,0 pt/ano.

3.3.3. Consultor “ad hoc” em atividade de pesquisa 0,2 pt/atividade
(máximo de 2 pontos).

3.3.4..... Coordenação de projeto de cooperação internacional financiado por órgão público ou privado, formalizada institucionalmente4,0 pts/ano.

3.3.5..... Coordenação de projeto de pesquisa, estudos e diagnóstico financiado por órgão público e/ou privado2,0 pts/ano.

3.3.6. Estágio de Pós-Doutorado no exterior 2,0 pts/ano (máximo de 4 pontos).

3.3.7. Estágio de Pós-Doutorado no Brasil 1,0 pts/ano (máximo de 2 pontos).

3.3.8. Iniciação científica ou Iniciação à extensão0,5 pt/ano.

3.3.9..... Bolsa de produtividade ou de tutoria PET, concedida por órgãos de fomento 1 pt/ano.

3.4. PRODUÇÃO TECNOLÓGICA E DE INOVAÇÃO (com registro e patente em nome de Instituições Oficiais de Ensino e Pesquisa, perante o INPI ou órgão similar no exterior):

3.4.1. Software.....5,0 pts/software registrado.

3.4.2. Produtos ou processos patenteados, registro e/ou proteção de cultivares10,0 pts/patente ou registro.

4. ATIVIDADES DE EXTENSÃO

4.1. DESENVOLVIMENTO DE MATERIAL DIDÁTICO OU INSTRUCIONAL:

4.1.1..... Livro técnico publicado, após ser submetido ao Conselho Editorial e devidamente registrado em editora legalmente estabelecida 10,0 pts.

4.1.2..... Capítulo de livro técnico publicado após ser submetido ao Conselho Editorial devidamente

registrado por editora legalmente estabelecida..... 4,0 pts.

4.1.3. Texto acadêmico publicado dentro de normas específicas..... 2,0 pts.

4.1.4.....Produção de videoaula, animações e demais objetos para aprendizagem a distância em cursos reconhecidos pelo MEC 0,5 pt/atividade (máximo 5 pontos).

4.1.5..... Editor ou organizador de livro técnico ou Anais de Congressos de Sociedades Científicas 3,0 pts.

4.1.6. Tradução de livro técnico publicado por editora legalmente estabelecida2,0 pts.

4.1.7. Tradução de capítulo de livro técnico publicado por editora legalmente estabelecida1,0 pt.

4.1.8. Artigo de divulgação em revistas técnicas0,4 pt.

4.2. CURSO DE EXTENSÃO (Respeitado o limite máximo de 10 pontos):

4.2.1..... Aula em curso de aperfeiçoamento ou atividade de extensão, presencial ou a distância (necessária a comprovação da carga horária) 0,05 pt/hora-aula.

4.2.2. Coordenação 0,4 pt/curso.

4.2.3. Participação em cursos de carga horária mínima de 40 horas 0,2 pt/curso (respeitados o limite de 2 pontos).

4.3. OUTRAS PRODUÇÕES TÉCNICAS (respeitados o limite de 10 pontos):

4.3.1. Palestras e conferências.....0,2 pt/evento.

4.3.2. Divulgação técnica em rádio ou TV 0,2 pt/produção.

4.3.3. Consultor “ad hoc” em projeto de extensão ou publicações técnico-científicas e assessoria técnica..... 0,2 pt/projeto/atividade (máximo de 2 pontos).

4.3.4..... Coordenad

or de projeto de extensão, estudos e diagnósticos financiado por órgão público ou privado, formalizados jurídico e institucionalmente 2,0 pts/ano.

4.4. EVENTOS DE EXTENSÃO (respeitados o limite de 5 pontos):

4.4.1..... Participação em dias-de-campo, exposição, demonstração, visitas técnicas e reuniões técnicas 0,1 pt/evento.

4.4.2..... Organização de dias-de-campo, exposição, demonstração, visitas técnicas e reuniões técnicas 0,2 pt/evento.

4.5. PROJETO DE EXTENSÃO:

4.5.1..... Iniciação à extensão, com ou sem bolsa, com participação devidamente registrada por órgão competente da instituição0,5 pt/ano.

4.6. OUTRAS ATIVIDADES RELEVANTES (Respeitado o limite máximo de 3 pontos):

4.6.1..... Participação em programas comunitários institucionais como campanhas, concursos, etc 0,6 pt/semestre.

4.6.2..... Coordenação de programas comunitários institucionais como.....campanhas, concursos, etc.....0,8 pts/semestre.

5. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Os cargos de vice, sub, adjunto ou equivalente receberão a metade da pontuação correspondente ao cargo, exceto vice-reitor) (respeitados o limite de 5 pontos em cada atividade.

5.1. Reitor, Vice-Reitor e Pró-Reitor 5 pts/ano.

5.2. Chefe/Diretor de Instituto, Faculdade, Departamento, Fundações e similares.....3 pts/ano.

5.3. Coordenação de cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu* (presencial ou a distância)3,0 pts/ano.

5.4. Coordenação de cursos de pós-graduação *lato sensu* e similares (presencial ou a distância), devidamente comprovados..... 1,0 pt/ano.

5.5. Cargos de representação em fundações de pesquisa e similares 1,0 pt/ano.

6. EXPERIENCIA PROFISSIONAL (limitado a 60 pontos)

6.1. Experiência profissional não acadêmica 6 pts/ano

6.1.1. Acréscimo no caso de exercício de cargo de coordenação, supervisão, chefia ou equivalente 2pts/ano